

SUMÁRIO

Apresentação	5
Ela, a LGPD, vista pelas empresas: uma proposta de visão prática - e otimista	17
<i>Andreia Saad e Antonio Hiunes</i>	
I. Emoções iniciais diante da LGPD.....	17
II. Processo de adequação e ameaça de sanções: os inegáveis ônus da LGPD	19
III. <i>Eppur il se muove</i> : a LGPD e seus temas já estão “pegando”	20
IV. A LGPD sob lentes otimistas: benefícios e oportunidades	23
V. Conclusão.....	27
Economia Digital, Proteção de Dados e competitividade	29
<i>Antônio Carlos Negrão</i>	
1. A sociedade de dados	29
2. A Nova Lei Geral de Proteção de Dados.....	30
3. A responsabilidade e o ressarcimento de danos	31
4. O encarregado.....	33
5. A onerosa adaptação	34
6. Considerações finais	35
Bibliografia	36
Compreendendo o conceito de anonimização e dado anonimizado	39
<i>Bruno Ricardo Bioni</i>	
1. Dados anonimizados como a antítese de dados pessoais: o filtro da razoabilidade	39

2.	Calibrando o filtro da razoabilidade: critérios objetivos e subjetivos como fatores de uma análise de risco e os incentivos implícitos à pseudoanonimização.....	42
3.	Exemplificando alguns fatores de risco: os enigmáticos termos “no momento” e “ocasião” do tratamento	48
4.	Conclusão: modelo analítico acerca do processo de anonimização de um dado	52
5.	Bibliografia	53

A importância da *privacidade por Design* e por *Default* (*Privacy by Design and by Default*)..... 55

Daniel Arbix

I.	O princípio de <i>Privacy by Design and Default</i>	56
II.	Minimização: como delimitar os propósitos e limites do processamento	58
III.	Escolhas, controle, transparência e segurança	60
IV.	A importância da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	61
V.	Conclusão.....	62

Notas acerca do assim chamado direito ao esquecimento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça brasileiro ... 65

Ingo Wolfgang Sarlet

1.	Introdução	65
2.	O direito ao esquecimento na condição de direito fundamental implicitamente positivado	67
3.	Reconhecimento e proteção do direito ao esquecimento pelo STJ ...	73
4.	As decisões do STJ em perspectiva crítica e algumas conclusões...	83
	Referências bibliográficas	87

Desafios para a defesa do consumidor, proteção de dados e concorrência: necessidade de coordenação entre os sistemas..... 91

Isabela Maiolino, Leonardo Albuquerque Marques e Luciano Benetti Timm

1.	Introdução	92
----	------------------	----

2.	A evolução normativa brasileira na proteção de dados à luz da defesa do consumidor e da concorrência.....	93
3.	Implicações para o Direito do Consumidor: desafios e propostas ...	99
3.1.	O mundo 4.0 e os seus desafios na proteção à saúde e à segurança do consumidor.....	101
3.2.	Coordenação com outras agências e desenho institucional	104
3.3.	Modelo de negócios.....	107
3.4.	Segurança jurídica	109
4.	Conclusão.....	111
5.	Referências	112
Discriminação algorítmica: reflexões no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais		117
<i>Marcela Mattiuzzo</i>		
1.	A ideia-conceito de discriminação	117
2.	A discriminação algorítmica na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	120
3.	Considerações finais.....	125
	Referências bibliográficas	125
Interfaces entre Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação: um debate sobre a relação entre Direito e Tecnologia.....		127
<i>Miriam Wimmer</i>		
1.	Introdução	127
2.	A largada: sigilo, privacidade e segurança da informação	128
3.	A trajetória: do “direito de ser deixado só” à autodeterminação informativa	132
4.	A encruzilhada: proteção de dados pessoais e segurança da informação	134
5.	Situando o debate: repercussões práticas	137
6.	A linha de chegada	141
7.	Referências	142

Economia Intensiva em Dados, Virtudes da LGPD e Primeiros Desafios quanto à Efetividade 145

Sergio Paulo Gomes Gallindo

1. A Era Digital e a Economia Intensiva em Dados 145
 2. Virtudes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 149
 3. Consentimento e Negócio Jurídico 153
 4. Primeiros Desafios quanto à Efetividade 157
 5. Considerações Finais 161
- Bibliografia 161
- Sobre a Brasscom 164

Comunicação de Dados e Proteção ao Sigilo 165

Tercio Sampaio Ferraz Jr.

1. Sigilo de correspondência, de telegrafia, de telefonia e de dados... 165
2. Dados, “data” 167
3. Repercussão jurídica 169

Autodeterminação informacional na LGPD: antecedentes, influências e desafios 177

Veridiana Alimonti

1. Autodeterminação informacional e controle sobre o fluxo de dados pessoais 177
 2. Desafios à autodeterminação e noção mais estrutural de controle como resposta 181
 3. Perspectiva complementar de controle na LGPD: um mapeamento inicial 184
- Referências 190

Arranjos institucionais para a 4ª Revolução Industrial 193

Yasodara Córdova

A incidência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas atividades do Poder Judiciário 199*Ricardo Villas Bôas Cueva*

1. Introdução 199
 2. A proteção de dados pessoais e o acesso à informação 200
 3. Publicidade do processo e proteção dos dados pessoais 203
 4. Considerações finais 209
- Bibliografia 209

Autodeterminação informacional: origem e desenvolvimento conceitual na jurisprudência da Corte Constitucional alemã 211*Laura Schertel Mendes*

1. Introdução 211
 2. Antecedentes do direito à autodeterminação informacional na jurisprudência constitucional alemã 212
 - 2.1. A liberdade geral de ação 212
 - 2.2. O direito ao respeito à esfera privada 215
 - 2.3. O direito geral de personalidade 222
 3. O direito à autodeterminação informacional 227
 - 3.1. Origem do direito à autodeterminação informacional na doutrina alemã e na jurisprudência da Corte constitucional alemã: fundamentos e estrutura conceitual 227
 - 3.2. Deveres de Proteção e eficácia horizontal 233
 4. Conclusão 237
- Referências bibliográficas 240

A LGPD como elemento estruturante do modelo brasileiro de proteção de dados 243*Danilo Doneda*

- Antecedentes 245
- Elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados 252